



FUNDAÇÃO
BISSAYA BARRETO

Quinta dos Plátanos
Apartado 7049
Bencanta
3046-901 Coimbra
T: 239 800 400
F: 239 800 410

Relatório e Contas consolidadas
Exercício de 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Fundação Bissaya Barreto é uma fundação de solidariedade social e de utilidade pública, criada por iniciativa do Professor Doutor Fernando Bissaya Barreto, reconhecida por despacho ministerial publicado no Diário de Governo n.º 236, III Série de 26 de Novembro de 1958 para, nos termos dos seus estatutos, promover, apoiar e realizar atividades nos âmbitos social, da educação, da saúde, da cultura, formação profissional e outros que venham a tornar-se possíveis e necessários desde que respeitem a obra e o espírito do patrono.

As demonstrações financeiras consolidadas - elaboradas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, e no cumprimento do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho – refletem a posição financeira no final do exercício bem como o desempenho durante o exercício de 2022 do grupo constituído pela Fundação Bissaya Barreto e pelas suas participadas: Grande Hotel de Luso, S.A. e Empresa Hoteleira do Desagravo, Unipessoal, Lda.

Sendo a Fundação Bissaya Barreto acionista único do Grande Hotel de Luso, S.A. e sócio único da Empresa Hoteleira do Desagravo, Unipessoal, Lda, não se colocam quaisquer dúvidas sobre as questões de poder, resultado e controlo referidas nos números 3 e 4 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 36-A/2011. A Fundação Bissaya Barreto não dispõe de qualquer outra participação de controlo que justifique ou exija a integração no perímetro de consolidação.

Conforme se detalha no Anexo às contas consolidadas, as entidades consideradas no perímetro de consolidação não usam todas o mesmo referencial contabilístico, decorrendo deste facto a necessidade de integrar certos ajustamentos nas demonstrações financeiras apresentadas tendo, porém, como referência a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo, referencial aplicável à entidade-mãe do grupo.

O resultado líquido do grupo não é igual ao resultado que foi apurado nas contas individuais na Fundação Bissaya Barreto como seria natural em decorrência da utilização do método de equivalência patrimonial na valorização das participações detidas. A diferença registada corresponde à amortização de uma viatura que, em 2019, o Grande Hotel de Luso, SA. adquiriu à Fundação Bissaya Barreto.

Resultado Líquido do Grupo e das suas Participadas:

Quadro I

ENTIDADE / Resultado Líquido	2022	2021
Grupo	- 3 587 193,93 €	1 924 057,89 €
Fundação Bissaya Barreto	- 3 588 264,93 €	1 922 986,89 €
Grande Hotel de Luso, SA	1 132,23 €	17 120,74 €
Empresa Hoteleira do Desagravo, Lda	-28 798,25 €	- 37 478,09 €

Em resultado destes desempenhos, os principais agregados do balanço consolidado evoluíram da seguinte forma:

Quadro II

	2022	2021
Ativo Líquido	141 010 583,48 €	133 975 175,09 €
Capitais Próprios	134 026 061,57 €	127 572 582,06 €
Passivo	6 984 521,91 €	6 402 593,03 €

O Quadro III sintetiza as variações relativas ocorridas nas principais rubricas da demonstração dos resultados consolidada.

Quadro III

Rubrica	Variação percentual 2022/2021
Vendas e Prestações de Serviços	+ 29,52 %
Subsídios, legados e doações	+ 3,14 %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	+ 36,28 %
Fornecimentos e Serviços Externos	+ 11,52 %
Gastos com Pessoal	+ 7,57 %
Outros Rendimentos e Ganhos	- 18,33 %
Outros Gastos e Perdas	+ 588,10 %
Amortizações e Depreciações do Exercício	+ 15,93 %

Do ponto de vista do desempenho do grupo, o resultado obtido em 2022 está fortemente afetado pelo desempenho da entidade-mãe que obteve, no exercício, prejuízos significativos.

Esses prejuízos resultaram, no essencial, da turbulência que afetou os mercados financeiros, degradando o valor dos títulos detidos pela Fundação e inviabilizando a possibilidade de obter mais-valias. Anota-se que se trata de perdas potenciais, porquanto não houve lugar à alienação dos títulos mas apenas à variação, em perda, das respetivas cotações nos mercados financeiros, em termos que ficaram claramente expressos nas contas individuais.

Também a participada Grande Hotel de Luso acompanhou, ultrapassando, a recuperação do setor do turismo, aumentando o seu volume de negócios em 29,2 %. Porém, o fenómeno inflacionário vivido absorveu quase por inteiro esses ganhos adicionais, acabando a entidade por ter um resultado líquido positivo mas de montante residual.

A Empresa Hoteleira do Desagravo manteve, no essencial, o registo de atividade que vinha já do ano anterior, obtendo um resultado líquido na mesma ordem de grandeza, com ligeira melhoria, do de 2021.

Um aspeto importante que se projetou para as demonstrações financeiras de todas as entidades do grupo e, por consequência, para as demonstrações financeiras consolidadas é o que resulta do processo de revalorização de todo o ativo imobiliário do grupo sendo este o responsável pelo aumento dos capitais próprios do grupo em cerca de 4 454 milhares de euros, mesmo com o resultado líquido negativo que foi registado. Adicionalmente, o aumento de perto de 16 % havido nas amortizações do exercício também está fortemente relacionado com esse processo de revalorização dos ativos imobiliários.

A Administração da Fundação Bissaya Barreto agradece a todos os colaboradores e membros dos órgãos de gestão das entidades do grupo o esforço realizado durante o ano transato e manifesta confiança na capacidade de impacto da sua intervenção para o ano de 2023.



Coimbra, 16 de maio de 2023

A Comissão Executiva



Patrícia Namorado da Costa Viegas Nascimento (Presidente)



Ivo Alexandre Medina Pimentel Ribeiro (Vogal)



Maria Lúcia Santos (Vogal)

[Handwritten signatures in blue ink]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

GRUPO FBB - BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2022				
Rubricas	Notas	Períodos		
		2022	Variação	2021
ACTIVO				
Activo não corrente		135 806 494,52 €	4,64%	129 786 444,22 €
Activos fixos tangíveis - Geral	7	68 171 658,06 €	10,43%	61 732 295,49 €
Activos fixos tangíveis - Prop. Investimento	19	3 101 018,39 €	34,49%	2 305 687,01 €
Activos fixos tangíveis - Activos biológicos		53 416,31 €		53 416,31 €
Bens do património histórico e cultural	7	20 820 492,94 €	22,31%	17 022 424,64 €
Activos intangíveis	7	217 739,66 €	102,69%	107 426,77 €
Investimentos financeiros	18	43 442 169,16 €	-10,55%	48 565 194,00 €
Activo Corrente		5 204 088,96 €	24,25%	4 188 375,66 €
Inventários	11	62 007,55 €	7,33%	57 774,65 €
Créditos a receber		895 179,21 €	-20,00%	1 119 036,66 €
Estado e outros entes públicos	10	43 398,80 €	-28,91%	61 047,31 €
Diferimentos		41 868,53 €	-35,12%	64 530,92 €
Outros activos correntes		1 891 311,61 €	11,40%	1 697 699,47 €
Caixa e depósitos bancários		2 270 323,26 €	91,06%	1 188 286,65 €
Total do Activo		141 010 583,48 €	5,25%	133 974 819,88 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos		60 000 000,00 €	0,00%	60 000 000,00 €
Excedentes técnicos				
Reservas		624 759,78 €	0,00%	624 759,78 €
Resultados transitados		20 667 996,68 €	10,26%	18 743 938,79 €
Excedentes de revalorização		39 560 519,85 €	32,49%	29 859 581,79 €
Ajust. ativos financeiros/Outras variações fundos patrimoniais		16 759 979,19 €	2,07%	16 420 243,81 €
Resultado líquido do período		-3 587 193,93 €	-286,44%	1 924 057,89 €
Total dos Fundos Patrimoniais		134 026 061,57 €	5,06%	127 572 582,06 €
PASSIVO				
Passivo não corrente		2 855 056,26 €	41,08%	2 023 750,07 €
Provisões	13	41 879,16 €	0,00%	41 879,16 €
Financiamentos Obtidos		301 708,66 €	-30,03%	431 204,76 €
Passivos por impostos diferidos		2 511 468,44 €	61,96%	1 550 666,15 €
Passivo corrente		4 129 465,65 €	-5,69%	4 378 487,75 €
Fornecedores		855 361,59 €	1,60%	841 869,20 €
Adiantamento de clientes		0,00 €		0,00 €
Estado e outros entes públicos	10	243 980,38 €	7,04%	227 935,71 €
Financiamentos obtidos	18	450 948,21 €	-64,38%	1 266 114,67 €
Outras dívidas a pagar		209 619,99 €	7,75%	194 544,37 €
Diferimentos		480 827,02 €	-8,91%	527 861,73 €
Outros passivos correntes		1 888 728,46 €	43,07%	1 320 162,07 €
Total do Passivo		6 984 521,91 €	9,10%	6 402 237,82 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		141 010 583,48 €	5,25%	133 974 819,88 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.

GRUPO FBB - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA - 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		2022	2021
Vendas e Prestações de Serviços	12	8 793 891,42 €	6 789 459,44 €
Subsídios, doações e legados à exploração	14	3 429 009,33 €	3 324 771,28 €
Variação nos inventários da produção		129,08 €	0,00 €
Trabalhos para a própria Entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 402 148,03 €	-1 028 910,17 €
Fornecimentos e serviços externos		-2 927 473,83 €	-2 625 137,14 €
Gastos com o pessoal	20	-7 696 061,97 €	-7 154 734,77 €
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		9 488,82 €	12 056,43 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12	4 014 453,22 €	4 915 412,40 €
Outros gastos e perdas		-6 161 093,27 €	-895 376,37 €
Resultado antes de depreciações, gastos de Financiamento e impostos		-1 939 805,23 €	3 337 541,10 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 7, 8	-1 650 143,24 €	-1 423 365,41 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3 589 948,47 €	1 914 175,69 €
Juros e rendimentos similares obtidos		74,65 €	
Juros e gastos similares suportados		-6 060,43 €	-4 655,18 €
Resultado antes de impostos		-3 595 934,25 €	1 909 520,51 €
Imposto sobre o rendimento do período	6	8 740,32 €	14 537,38 €
Resultado líquido do período		-3 587 193,93 €	1 924 057,89 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

GRUPO FBB - MAPA CONSOLIDADO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Rubricas	Notas	Período	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		7 805 417,59 €	5 694 791,98 €
Recebimentos de subsídios públicos		2 993 578,51 €	3 087 233,74 €
Pagamento de bolsas		-61 486,62 €	-62 915,19 €
Pagamentos a fornecedores		-4 536 629,74 €	-3 397 793,29 €
Pagamentos ao pessoal		-7 435 427,56 €	-7 015 119,03 €
Caixa gerada pelas operações		-1 234 547,82 €	-1 693 801,79 €
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-2 123,68 €	4 585,01 €
Outros recebimentos / pagamentos		1 927 852,48 €	1 641 555,32 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		691 180,98 €	-47 661,46 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1 203 580,54 €	-2 789 540,21 €
Activos intangíveis		-3 033,80 €	-33 707,60 €
Investimentos financeiros		-6 732 595,50 €	-15 906 452,00 €
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		9 454,99 €	422 238,37 €
Activos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		7 943 846,44 €	15 140 423,17 €
Outros activos			5,00 €
Subsídios ao investimento		198 335,52 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		1 129 155,51 €	2 522 341,51 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1 341 582,62 €	-644 691,76 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		250 013,11 €	1 424 281,23 €
Outras operações de financiamento			6 363,61 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1 194 679,67 €	-565 666,58 €
Juros e gastos similares		-6 060,43 €	-4 440,93 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	-69 647,71 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-950 726,99 €	790 889,62 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 082 036,61 €	98 536,40 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 188 286,65 €	1 089 750,25 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 270 323,26 €	1 188 286,65 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures in blue ink]

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO
A 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

NOTA 1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Grupo Fundação Bissaya Barreto, doravante “O Grupo”, é constituído pela sua entidade-mãe, a Fundação Bissaya Barreto (NIPC 500 833 443) e as duas sociedades detidas a 100% pela Fundação. Essas sociedades são o Grande Hotel de Luso, SA (NIPC 506 266 931) e a Empresa Hoteleira do Desagravo - Unipessoal, Lda (NIPC 504 708 180).

A Fundação Bissaya Barreto foi criada em 1958 e oficialmente reconhecida por despacho ministerial publicado no Diário do Governo nº 236, III Série, de 26-11-58. Encontra-se registada como Instituição Particular de Solidariedade Social, a título definitivo na Direcção-Geral da Segurança Social, por despacho de 13 de julho de 1984, no livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 38/84, tendo adquirido automaticamente a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, em conformidade com o disposto no artigo 8.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro.

O Grande Hotel de Luso, SA é uma sociedade anónima cuja atividade principal é a exploração de hotel com restaurante, com sede Rua Dr. Cid de Oliveira, 86, 2050-248 Luso.

A Empresa Hoteleira do Desagravo é uma sociedade unipessoal por quotas cuja atividade é a exploração da indústria hoteleira e turística e a construção e administração de bens imóveis para o mesmo fim, com sede na Rua Principal de Bencanta, 150 – 1º, 3045-162 Coimbra.

NOTA 2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A entidade-mãe elabora demonstrações financeiras de acordo o Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. O Decreto anteriormente referido foi regulamentado pela Portaria n.º 106/2011 de 14 de março, que aprova o código de contas aplicável às ESNL. A portaria nº 220/2015, de 24 de julho, nos termos dos nº 1,5,6 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho aprova os modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis.

O Grande Hotel de Luso, SA prepara as suas demonstrações financeiras com base no modelo geral do SNC. A Empresa Hoteleira do Desagravo Unipessoal, Lda. passou também, no exercício de 2022, a utilizar aquele mesmo referencial contabilístico.

No processo de consolidação de contas foi utilizada a NCRF 15 – “Investimentos em Subsidiárias e Consolidação”.

Havendo entre a entidade-mãe e as restantes entidades integrantes do perímetro de consolidação, uma diferença no referencial contabilístico usado, foram usados os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis à entidade-mãe. Foram, todavia, acrescentadas linhas no ativo e no passivo, não existentes no balanço da entidade-mãe, relativas a ativos e passivos por impostos diferidos.

As demonstrações financeiras consolidadas são inteiramente comparáveis com as do período anterior, com exceção da valorimetria, na entidade-mãe, das obrigações contingentes convertíveis que passaram a ser apresentadas ao justo valor, tendo sido abandonado o modelo do custo amortizado. Os fundos patrimoniais de 2021 foram reexpressos, sem alteração do seu valor global, de modo a ser apresentado o valor total dos excedentes de revalorização de todas as entidades do perímetro.

NOTA 3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

3.1 | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das entidades objeto de consolidação, mantidos nos termos do referencial contabilístico aplicável.

3.2 | Outras políticas contabilísticas

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

3.3 | Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram

após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.4 | Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e atividades em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

3.5 | Base de Mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis

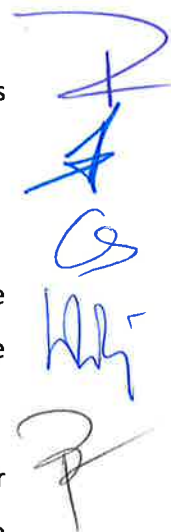
Em relação a esta rubrica de Ativos, estes podem ser considerados como Imóveis e Restantes. No que respeita aos Imóveis, estes estão registados nas demonstrações financeiras pelas respetivas quantias revalorizadas nos termos da NCRF 7. Essas quantias revalorizadas foram definidas em avaliação geral do património imobiliário realizada por um perito acreditado pela CMVM. Os restantes ativos desta categoria encontram-se registados pelo seu valor de aquisição.

Do processo de reavaliação dos ativos imobiliários resultou o reconhecimento, no grupo, de um acréscimo de 4 481 488,14 € aos excedentes de revalorização já existentes (na entidade-mãe e no Grande Hotel de Luso). No caso das participadas, sujeitas a IRC, esse valor é calculado líquido do passivo por imposto diferido que lhe corresponda.

3.6 | Base de Mensuração dos Bens do Património Histórico e Cultural

Em relação a esta rubrica de Ativos, existente apenas na entidade-mãe, os valores registados nas peças financeiras resultam de uma revalorização efetuada no ano de 2010 e de uma reavaliação realizada em 2022 por um perito independente.

3.7 | Base de Mensuração dos Investimentos Financeiros



As Participações de Capital relativas a entidades fora do perímetro estão mensuradas ao valor de aquisição. Nos outros Investimentos Financeiros foi aplicado o justo valor às carteiras de investimento geridas sob mandato por entidades financeiras, às unidades de participação em fundos de ações detidas pela entidade-mãe e às obrigações contingentes convertíveis sob gestão direta. Os restantes Investimentos Financeiros estão mensurados ao custo amortizado.

3.8 | Base mensuração das Propriedades de Investimento

Este tipo de Ativos encontra-se registados pelas suas quantias revalorizadas nos termos descritos para os imóveis qualificados como “ativos fixos tangíveis” e são objeto de depreciação anual.

NOTA 4 | Bases de consolidação

4.1 | Data de referência

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos, os passivos e os resultados, reportados a 31 de dezembro de 2022, das entidades que são indicadas na nota 1

4.2 | Saldos e transações entre empresas do grupo

Os saldos e as transações entre empresas do Grupo e entre estas e a entidade-mãe são anulados na consolidação.

4.3 | Método de consolidação

Sendo todas as entidades do perímetro detidas pela entidade-mãe a 100% foi usado o método de consolidação integral.

NOTA 5 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31.12.2022, não ocorreram, nas entidades consideradas no perímetro de consolidação, quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos. A exceção está identificada na parte final da nota 2.



NOTA 6 | Impostos sobre o Rendimento

A entidade-mãe, pela sua natureza jurídica, goza de isenção subjetiva de IRC. As sociedades comerciais integrantes do perímetro são tributadas em IRC e em Derrama Municipal nos termos gerais.

O Grande Hotel de Luso, SA e a Empresa Hoteleira do Desgravo, aplicando o modelo geral do SNC, contabilizam os impostos sobre o rendimento nos termos da NCRF 25, dando assim origem aos ativos e passivos por impostos diferidos que estão reconhecidos no balanço.

O movimento, no período, dessas contas foi como se detalha abaixo:

RUBRICAS	Saldo a 01/01/2022	Constituição		Reversão		Saldo a 31/12/2022
		Res. Líquido	Cap. Próprio	Res. Líquido	Cap. Próprio	
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS						
Imputáveis a prejuízos fiscais reportáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS						
Imputáveis a subsídios ao investimento	1911,57		0,00	786,12		125,45
Imputáveis a diferenças temporárias em activos revalorizados	1548 754,58	0,00	977 667,52	16 079,11		2 510 342,99
ACTIVO LÍQUIDO	1 550 666,15	0,00	977 667,52	16 865,23	0,00	2 511 468,44

Reconciliação entre imposto corrente/imposto diferido e imposto do período

	2022
Imposto Corrente	7 338,79
Coleta	3 072,52
Derrama Municipal	548,66
Imposto Diferido	-16 079,11
Tributações Autónomas	3 717,61
Imposto sobre o Rendimento do período	-8 740,32

NOTA 7 | Ativos Fixos Tangíveis

ACTIVO BRUTO								
Saldo inicial	13 207 213,99	52 889 530,34	6 757 969,56	683 898,91	3 031 979,31	53 416,31	21 543 060,95	98 167 069,37
Aquisições		120 529,67	233 755,53	97 500,00	234 988,20		900 353,15	1 587 126,55
Alienações, sinistros e abates/ reavaliação	-5 847 208,69	9 300 535,17	-937 204,63	-65 924,15	-28 438,48		3 801 446,83	6 223 206,05
Transferências								0,00
SALDO FINAL	7 360 005,30	62 310 595,18	6 054 520,46	715 474,76	3 238 529,03	53 416,31	26 244 860,93	105 977 401,97
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS								
Saldo inicial		7 262 376,52	6 087 353,68	535 213,28	2 854 376,12	0,00	313 926,32	17 053 245,92
Depreciações do exercício		1 147 877,97	142 819,76	63 712,92	78 057,15		8 598,52	1 441 066,32
Alienações, sinistros, abates e regularizações		-3 037 896,47	-681 544,66	-119 534,06	-28 438,48		-1 492,08	-3 868 905,75
SALDO FINAL		5 372 358,02	5 548 628,78	479 392,14	2 903 994,79	0,00	321 032,76	14 625 406,49
ACTIVO LÍQUIDO	7 360 005,30	56 938 237,16	5 055 891,68	236 082,62	334 534,24	53 416,31	25 923 828,17	89 045 567,31

Bens do Património Histórico e Cultural

No Mapa de Ativos Fixos Tangíveis, acima identificado, já se encontram registados, na categoria de “Outros Ativos Fixos Tangíveis” os seguintes valores:

2022	Bens do património histórico e artístico
Saldo inicial - 01/01/2022	17 022 424,64
Aquisições	
Reavaliação	3 798 068,30
Alienações, sinistros e abates	
Transferências	
Saldo final - 31/12/2022	20 820 492,94

Ativos fixos tangíveis em curso

Montante de Ativos Fixos Tangíveis em curso a 31/12/2022: 2 878 065,89 €, valor integralmente reconhecido no balanço da entidade-mãe. As sociedades participadas não têm qualquer valor contabilizado nesta rubrica.

NOTA 8 | Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31.12.2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi a seguinte:

MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO APLICADAS NOS ACTIVOS INTANGÍVEIS

2022	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros activos intangíveis
FINITAS				
Vidas úteis			3 anos	5 ANOS
Taxas de depreciação			33,33%	20%
Métodos de depreciação			Quotas constantes	Quotas constantes

2022	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros at. Intangíveis	Total
ACTIVO BRUTO					
Saldo inicial	0,00	0,00	290 041,54	87 910,08	309 726,55
Aquisições			134 976,48	31 920,80	166 897,28
Transferências					0,00
Regularizações					0,00
SALDO FINAL	0,00	0,00	425 018,02	119 830,88	476 623,83
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					
Saldo inicial	0,00	0,00	183 992,03	86 532,82	206 707,74
Depreciações do exercício			55 193,62	1 390,77	56 584,39
Regularizações					0,00
SALDO FINAL	0,00	0,00	239 185,65	87 923,59	327 109,24
ACTIVO LÍQUIDO	0,00	0,00	185 832,37	31 907,29	217 739,66

O quadro inclui, na coluna “Outros ativos intangíveis” o valor de 31.920,80 € respeitante a ativos desta natureza adquiridos em 2022 e ainda em curso.

Nota 9 | Locações

O grupo não tem contratos de locação, de qualquer natureza, com valores significativos.

Nota 10 | Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e passivo, apresentava os seguintes saldos:

Estado e outros entes públicos	31/dez/22	31/dez/21
Ativo	43 398,80	61 047,31
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletiva (IRC)	1 454,30	3 114,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	41816,81	56 054,11
Segurança Social		1 879,20
Outros impostos e taxas	127,69	
Passivo	243 980,38	227 935,71
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletiva (IRC)		1 416,28
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	72586,59	72 583,63
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	26359,69	26 541,34
Segurança Social	145034,1	127 394,46
Outros impostos e taxas		
TOTAL	-200 581,58	-166 888,40

Nota 11 | Inventários

Os inventários à data de 31.12.2022 ascendem aos seguintes valores:

	2022	2021
Existência inicial	57 774,65	38 599,02
Compras Inventários	1 462 526,86	1 079 774,10
Regularizações Inventários	56 145,93	31 688,30
CMVMC	1 402 148,03	1 028 910,17
Inventário Final	62 007,55	57774,65

Nota 12 | Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O grupo FBB não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente de prestação de serviços e outros réditos são reconhecidos líquidos de impostos, pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;

O rédito proveniente de juros, são reconhecidos líquidos de impostos pelo justo valor do montante a receber, desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados aos juros a receber fluam para a entidade;

O rédito proveniente de dividendos, são reconhecidos líquidos de impostos pelo justo valor do montante a receber, desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados aos dividendos a receber fluam para a entidade;

Rédito por categorias relevantes	2022	2021
Vendas	209 360,67	129 849,30
Prestação de Serviços	8 584 530,75	6 659 610,14
Rendas	113 262,71	112 985,55
Juros	1 174 630,57	1 156 075,64
	10 081 784,70	8 058 520,63

Nota 13 | Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

PROVISÕES	2022
Saldo a 1 de Janeiro	41 879,16
Reversão de provisões	0,00
Aumento de provisões	0,00
Utilização de provisões	0,00
Transferências entre contas	0,00
Saldo a 31 de Dezembro	41 879,16

São reconhecidas provisões apenas quando o grupo FBB tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, em que é provável que para a liquidação

dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Só a entidade-mãe do grupo tem provisões registadas. Porém, o stock contabilizado não teve, no exercício de 2022, qualquer movimentação (conforme quadro supra).

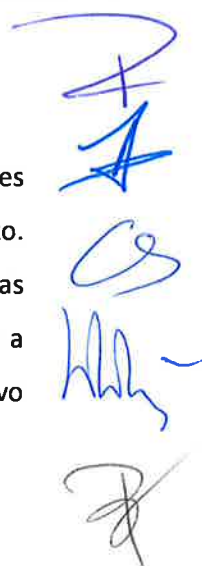
Nota 14 | Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Em 31.12.2022, a informação relativa aos subsídios obtidos do Governo, é a seguinte:

QUANTIAS DOS SUBSÍDIOS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E NO BALANÇO CONSOLIDADOS

Entidades	31.12.2022			
	Demonstração dos resultados		Balanço	
	Reconhecidas com subsídios à exploração	Imputados em outros rend. ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais	Reconhecidas passivo como rendimentos a reconhecer
Instituto Segurança Social, IP	2 967 340,53			
POCH	289 704,43			
IEFP	61 702,85			
Ministério da Educação		1 147,20		
SIFIT III		12 427,05		
Banco Português de Fomento	56 800,00			
Fundação La Caixa	13 500,00			
PIDDAC		6 195,12		
PILLAR		16 008,12		
FEDER		13 026,33		
Apoiar/Adaptar		21 414,79		
PRR			24 739,21	
Outras	9 644,00			
TOTAL	3 398 691,81	70 218,61	24 739,21	0,00

Informação adicional: o valor apresentado, na Demonstração dos Resultados consolidada na conta 75 – “Subsídios, doações e legados à exploração” difere do apresentado no quadro supra na medida em que estão contabilizados nessa conta certos montantes (ex: consignação de IRS à Fundação Bissaya Barreto) que não são qualificados como subsídios públicos.



NOTA 17 | Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

A entidade-mãe mantém controlo integral (participação de 100%) sobre as entidades consideradas no perímetro da consolidação e que estão identificadas na nota 1 deste anexo. Essa situação não teve qualquer alteração durante o período. Todas as entidades consolidadas utilizam o mesmo período de relato. Não existem quaisquer restrições significativas sobre a capacidade das subsidiárias transferirem fundos para a entidade-mãe, sob qualquer forma, salvo as que decorrem da aplicação do Código das Sociedades Comerciais.

NOTA 18 | Instrumentos financeiros

O grupo, em especial a sua entidade-mãe, gere o seu capital por forma a assegurar o desenvolvimento das suas atividades numa ótica de continuidade. Para o efeito detém participações financeiras em várias entidades e outros investimentos conforme a seguir se descreve:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Participações

	31.12.2022
	Valor
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	
Assoc Tecnopolo	9 975,96
Portugália (Ano de referência 2021)	704 725,00
Outras com participação reduzida	262 709,54
Subtotal	977 410,50
Imparidades	-247 836,29
Total	729 574,21

OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos detidos em 31.12.2022 são detalhados, conforme se segue:

Descrição	31.12.2022
Outros investimentos financeiros	
Obrigações - Gestão Directa (custo amortizado)	22 154 776,77
Carteiras de Investimento - Gestão Discricionária/Fundos de ações (justo valor)	20 176 976,86
Outras aplicações financeiras (Dep a Prazo, FRSS)	95 382,22
Total	42 427 135,85

No exercício de 2022, a Fundação passou a reconhecer em resultados as variações do valor de mercado das obrigações contingentes convertíveis integrantes da sua carteira.

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Em 31.12.2022 não havia empréstimos concedidos a entidades fora do perímetro da consolidação.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A 31/12/2022, a posição do grupo relativamente a financiamentos obtidos era a seguinte:

	2022
Passivo corrente	450 948,21
Passivo não corrente	301 708,66
Total	752 656,87

Os montantes em causa respeitam a:

Passivo corrente: um financiamento bancário, sob a forma de conta corrente caucionada, contratado pela Fundação Bissaya Barreto, usado em 286 614,57 €, a um apoio comunitário reembolsável concedido ao Grande Hotel de Luso e a linhas de financiamento contratadas também pelo Grande Hotel de Luso, cujo montante pagável em 2023 é de 164 333,64 €.

Passivo não corrente: O montante registado no passivo não corrente respeita aos valores pagáveis em anos posteriores a 2023 dos financiamentos obtidos pelo Grande Hotel de Luso. Os dispêndios com juros e comissões não foram capitalizados.

NOTA 19 | Propriedades de Investimento

Esta categoria de ativos só existe na entidade-mãe e teve, no exercício de 2022, a seguinte movimentação

2022	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções
ATIVO BRUTO		
Saldo inicial	0,00	2 854 411,06
Aquisições		
Transferências/Alienações		
Regularizações/Reavaliações	18 550,00	508 003,90
SALDO FINAL	18 550,00	3 362 414,96
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS		
Saldo inicial		548 724,05
Depreciações do exercício		151 751,42
Regularizações		-420 528,90
SALDO FINAL		279 946,57
ATIVO LÍQUIDO	18 550,00	3 082 468,39

NOTA 20 | Benefícios dos empregados

20.1 | Número médio de empregados durante o ano

Durante o ano de 2022, o número médio de colaboradores ao serviço do grupo ascendeu a 355; este número integra os membros dos órgãos sociais das entidades objeto de consolidação.

Gastos com Pessoal	2022	2021
Remunerações certas	6 151 625,54	5 763 252,78
Remunerações adicionais	94 841,61	92 754,08
Encargos sobre remunerações	1 410 021,41	1 257 469,34
Outros Gastos com Pessoal	39 573,41	41 258,57
Total	7 696 061,97	7 154 734,77



NOTA 23 | Eventos após a data do balanço

Nada a assinalar.

NOTA 25 | Outras informações

25.1 | Situação Contributiva – Todas as entidades integrantes do perímetro de consolidação têm as respetivas situações contributivas regularizadas junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária.

Coimbra, 16 de maio de 2023

O Contabilista Certificado



- Rosa Barreto –

CC. Nº 52686

A Comissão Executiva



Patrícia Namorado da Costa Viegas Nascimento (Presidente)



Ivo Alexandre Medina Pimentel Ribeiro (Vogal)



Maria Lúcia Santos (Vogal)

Aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião de 31 de maio de 2023.

Presidente: _____

Patrícia Namorado da Costa Viegas Nascimento

Vogal: _____

Ivo Alexandre Medina Pimentel Ribeiro

Vogal: _____

Maria Lúcia dos Santos

Vogal: _____

Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins

Vogal: _____

Maria de Fátima Dias da Costa Fânzeres da Mota



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO** (o Grupo), que compreendem o Balanço consolidado em 31/12/2022 (que evidencia um total de 141.010.583,48 euros e um total de fundos patrimoniais de 134.026.061,57 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.587.193,93 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO** em 31/12/2022 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro do Grupo de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para



- Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 17 de Maio de 2023

Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda

Representada por



António Pinto Castanheira (ROC 466 registado na CMVM com nº 20160151)

Página 3 de 3

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)

Relatório

No cumprimento do mandato que nos foi conferido e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos, relativamente ao encerramento do exercício de 2022, a atividade da Fundação Bissaya Barreto (Grupo), examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração e dos Serviços da Fundação os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório e Contas Consolidadas, que compreendem o Balanço Consolidado, a Demonstração dos Resultados Consolidada, a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Consolidadas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do Grupo e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

O Conselho Fiscal regista que os presentes documentos de prestação de contas refletem as conturbadas circunstâncias que se continuam a viver no País e no Mundo (pandemia, guerra, inflação, mercados financeiros, etc.), a par da implementação de medidas de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos dos impactos financeiros e operacionais que estão a ser continuamente avaliados relativamente às atividades e a consideração da continuidade das suas operações, evidenciando ainda assim uma melhoria no resultado das suas atividades correntes em detrimento dos resultados financeiros (perdas potenciais), tal como consta do Relatório de Atividades e nas Contas Consolidadas.

Parecer

Assim, propomos que sejam aprovados o Relatório e Contas Consolidadas, que compreendem o Balanço Consolidado, a Demonstração dos Resultados Consolidada, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2022.

Coimbra, 19 de Maio de 2023

O CONSELHO FISCAL



Paulo Jorge Barradas de Oliveira Rebelo - Presidente



Pedro Manuel Aleixo Dias - Vogal



Carlos Miguel Dias Barros - Vogal

